

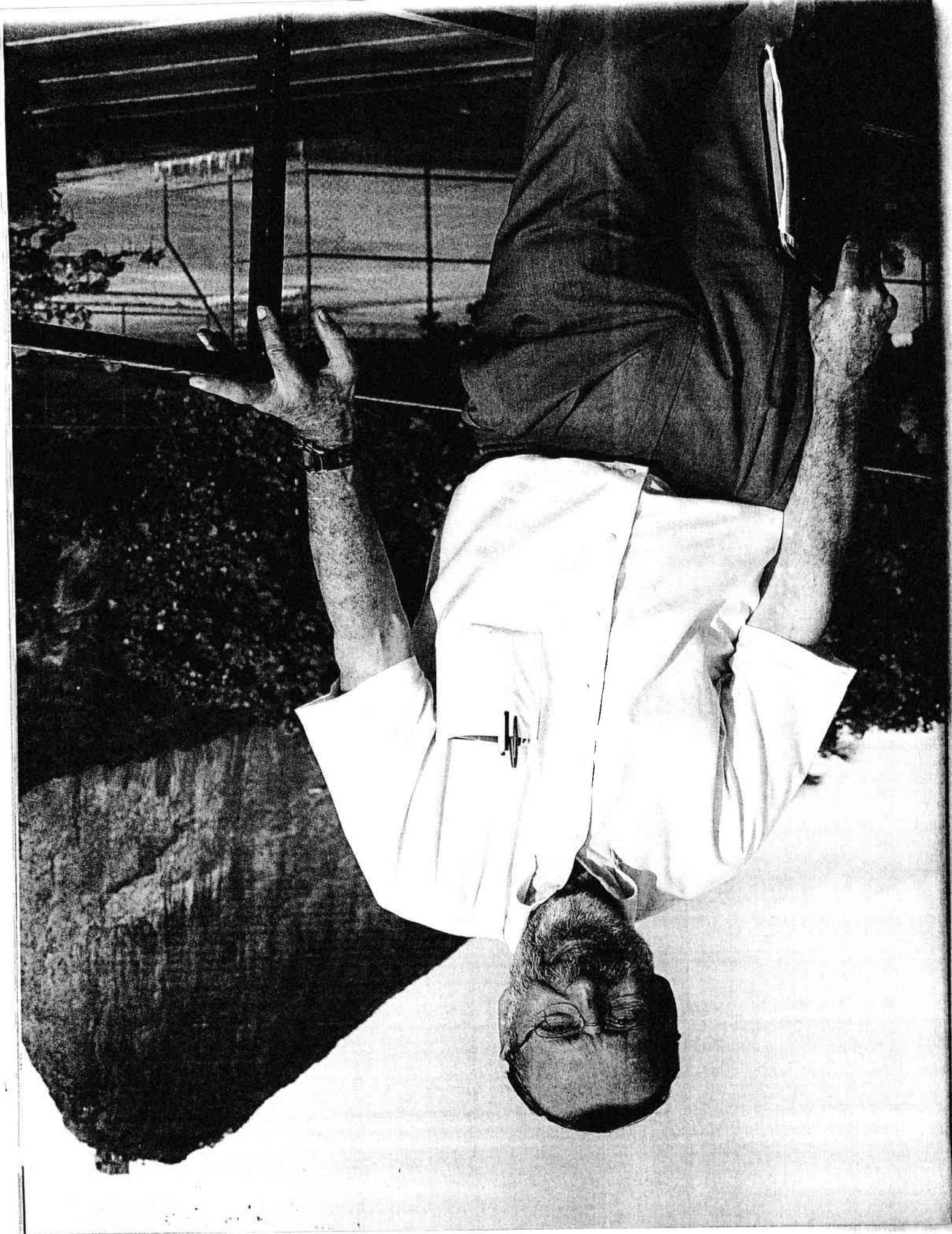
ANO
AS AFRICANAS
CHEGAM AO NOVO
MUNDO

Joseph Miller A História da África no Brasil ainda está para ser feita

P

residente da Associação de Estudos Africanos dos Estados Unidos e professor do Departamento de História da Universidade de Virgínia, o historiador Joseph Miller tornou-se um especialista em escravidão e diáspora africana quase acidentalmente. Por sugestão de Jan Vansina, seu orientador no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, na década de 1960, ele decidiu pesquisar Angola. Segundo Vansina, não haveria dificuldade em compreender e em se fazer entender em português, um idioma fácil. Na verdade, o aprendizado da língua foi um tanto árduo, algo que só dominou após uma temporada no Rio Grande do Sul e outra em Portugal, antes de permanecer oito meses em Angola, pesquisando os costumes locais. O esforço valeu a pena. Até hoje Joseph Miller se confessa fascinado pelo tema devido às constantes revelações de aspectos desconhecidos sobre um continente tradicionalmente esquecido pela história oficial.

Autor de diversos livros sobre História africana, um dos mais conceituados especialistas em tráfico negreiro, Miller prepara um estudo completo sobre a escravidão, desde a época de Roma. Em visita ao Brasil, contou que se interessou pela história colonial do país – e o sistema colonial português – porque precisava entendê-los para compreender Angola. No Rio de Janeiro, Joseph Miller conversou com a Revista de História. Da conversa também participaram os historiadores Alberto da Costa e Silva e Mariza de Carvalho Soares.



Sobas – denominação dos chefes africanos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Jagas – Guerreiros oriundos do leste do território angolano, também conhecidos como *imbangalas*, com os quais os portugueses mantinham tráfico.

Vinho de Palma – nome português para *malafo* - bebida fermentada angolana, utilizada em cerimônias, extraída de diversos tipos de palmeiras.



REVISTA DE HISTÓRIA O que o levou a se dedicar ao estudo da História da África?

JOSEPH MILLER A escolha foi totalmente accidental. Eu ia assumir a direção de um grande armazém, que estava na minha família havia três gerações, em Cedars Rapid, Iowa, mas não gostei muito. Tinha 25 anos, uma família, mulher, filha e a hipoteca de uma casa enorme para pagar. Precisava de uma profissão que garantisse alguma segurança. Eu gostava de muitas coisas, pouco sabia de História, mas tinha curiosidade a respeito de América Latina, Ásia, Oriente Médio.

Acabei me candidatando a uma vaga na Universidade de Wisconsin, onde estava instalado o melhor centro de estudos africanos do mundo na época.

Eu era o único da turma que não conhecia a África, todos os outros haviam trabalhado nos Corpos de Paz ou em projetos missionários, sabiam idiomas africanos, tinham morado na África.

Não era possível desenvolver a escravidão na Europa nos moldes da Antiguidade. A escravidão moderna é produto do desenvolvimento comercial no Atlântico.

Acabei me envolvendo de tal forma com os estudos sobre a África que até hoje, depois de tantos anos, ainda acordo entusiasmado com a expectativa de descobrir aspectos novos deste tema fascinante, que me surpreende diariamente.

RH Como eram os estudos de História da África nos Estados Unidos na época?

JM O campo ainda era novo. O interesse começou no fim dos anos 50, com a independência de diversos países africanos e também com a entrada da União Soviética na corrida espacial.

Com a corrida espacial, o lançamento do Sputnik, o governo americano ficou assustado porque a população não conhecia outros idiomas. É sabido que nós, nos Estados Unidos, não temos grandes habilidades com idiomas estrangeiros. Por isso, o governo criou um fundo para apoiar o estudo das línguas do Terceiro Mundo, inclusive o português falado no Brasil e nos países africanos, além das línguas da África.

Depois, grandes fundações, como a Ford, instituíram fundos para a criação de centros de estudos das diferentes regiões do globo: Oriente Médio, América Latina, Ásia, China, Índia e África. Wisconsin tinha um departamento de idiomas e literatura africanos, o que não era comum naquela época, e fornecia bolsas para um grande número de alunos, a maioria em História e Ciência Política.

A Associação de Estudos Africanos fora fundada em 1957. A maioria dos afro-americanos, já 200, 300 àquela altura, era de historiadores, professores de Ciência Política, antropólogos, quase a totalidade.

RH Os movimentos pelos direitos civis marcaram os estudos da África?

JM No começo, um pouco. No fim dos anos 60, quer dizer, 1968, 1969, o movimento dos direitos civis entrou no assunto. E era uma batalha mesmo, 98% dos universitários eram brancos, tínhamos 10% de alunos negros, era a nossa herança de segregação. E os sentimentos eram intensos. Nos anos 70, a discussão já era sobre questões liberais, mais uma questão de raça, de desigualdade, que continuam até hoje.

Nos Estados Unidos, há 30, quase 40 anos, os estudos africanos eram também assunto de brancos.

RH Como o senhor se interessou por Angola e pelo Brasil?

JM O fundador do programa de estudos africanos em Wisconsin, professor **Philip Curtin**, mandou que eu procurasse o professor **Jan Vansina**.

Inglês é a primeira língua em Estudos Africanos. Francês, a segunda, português, a terceira. Eu logo falei que pretendia fazer minha tese de mestrado sobre qualquer parte da África Central, porque lá se fala francês. Mas Vansina me sugeriu que eu abordasse Angola, que estudasse o Reino de Caçange.

Ele disse que se eu não quisesse aquela história, iria aproveitá-la em seu próximo trabalho de campo. Eu concordei, então, temeroso, porque conhecia um pouco de francês, mas não sabia português, nenhuma palavra. Vansina, que era belga, garantiu-me que era fácil aprender português.

Acabou que tive que estudar

mesmo, ganhei uma bolsa de estudos para fazer um curso de oito semanas no Rio Grande do Sul. Estive também em Portugal e, em 1968, passei dez meses em Angola, a maior parte deles no interior, sob vigilância do Exército. O ambiente era muito tenso, por causa da guerra pela independência.

RH O senhor destaca alguma experiência interessante nesse período em que viveu lá?

JM Uma vez, cheguei a um povoado, uma aldeia no interior, onde o chefe da guarnição militar havia convocado os líderes da região para me contarem a história deles.

Eles não tinham a menor idéia do que eu fazia, que era pesquisa sobre história africana. Para esses *sobas*, que usavam vestidos e chapéus que simbolizavam o poder, não pode haver história importante dos africanos para esse estrangeiro sem conhecimento algum. Comecei a gravar suas histórias. Depois de dois dias, eles ficaram cansados de falar e voltaram para as suas aldeias. Ali por perto, conheci um homem de 40, 50 anos, que era o historiador oficial do reino. E eu disse: "Olha, eu vim estudar o seu povo, você pode me dizer qualquer coisa sobre os *jagas*?". *Jagas* é um nome que remonta ao início do século XVII. Então, ele falava apenas sobre a genealogia – fulano nasceu, fulano nasceu. Passamos algumas semanas, dois meses, e finalmente eu percebi que essas genealogias são a constituição oral desse reino.

Quando descobri isso, tudo ficou claro. Estavam falando de coisas que eu podia entender, mas como metáforas, completamente diferentes das nossas abstrações, porque quando falamos em pessoas, estamos nos referindo a elas. Para eles, não; a pessoa representa o grupo, o casamento representa uma aliança, uma ligação entre uma pessoa e um homem. E os nomes deles também significam as funções que exercem no reino.

A própria função tem o nome de uma pessoa desde o século XVII. Assim, José, na realidade, quer dizer o ministro da Fazenda, ou quer dizer o cobrador de impostos. Manuel quer dizer general.

RH Uma concepção de história completamente diferente.

JM Sim, e entender isso foi a descoberta mais importante para mim. Isso não é apenas uma curiosidade, é o modo como eles contam sua história, que deve ser vista com o mesmo respeito, a mesma seriedade que temos com nossas maneiras de falar, de pensar.

RH Como o senhor aplicou essa história contada pelos *sobas* aos dados do governo português e colonizador?

JM Procurei verificar e estabelecer a verdade sobre as tradições orais, comparando-as com os documentos portugueses.

Descobri que não havia qualquer correspondência entre as tradições orais e os documentos dos portugueses. Eram mundos completamente diferentes. Povos que se

casavam, trocavam mercadorias entre si, lutavam muito com os outros povos, mas tinham experiências completamente separadas sobre as mesmas coisas, os mesmos lugares, os mesmos tempos.

A história do tráfico do Atlântico era a história econômica, e os historiadores não abordavam a experiência dos escravizados, nem dos marinheiros

Esta idéia era a base com a qual eu comecei meu livro sobre o tráfico (*Way of Death*, que em breve será traduzido no Brasil e será lançado com o título de *Mercadores da Morte*).

RH A história de Angola e sua vinculação com o Brasil são abordadas em seu livro *Mercadores da Morte*. Como o senhor iniciou seus estudos sobre a história do tráfico?

JM Tinha começado a escrever a história do reino de Angola, dos primeiros anos do século XVII até o fim, por volta de 1850, 60, 70. O segundo capítulo seria o ambiente, a política econômica de Angola, o tráfico de escravos. Depois de dez anos e 800 páginas impressas, finalmente terminei o segundo capítulo. Ainda tenho que escrever mais seis, sete capítulos.

Para entender os *Mercadores da Morte*, é necessário entender Angola. Para entender Angola, descobri que tinha que entender também o Brasil do século XVIII. Para entender o Brasil, tinha que entender Portugal, o sistema colonial. E depois das 800



Jeribita – nome africano para a então chamada aguardente brasileira (bebida de baixo teor alcoólico, obtida a partir da espuma retirada da fervura do caldo de cana ou do meloço que escorria das fôrmas antes de ser transformado em açúcar). Foi o principal produto de troca por escravos nas feiras e portos da África central desde o século XVII.

Philip D. Curtin (1922-) – Professor de história africana na Johns Hopkins University. Autor de *The Atlantic Slave Trade – A Census*, estudo quantitativo do comércio de escravos nas diversas regiões da América.

Jan Vansina – Historiador belga, professor emérito de História e Antropologia na Universidade de Wisconsin, premiado como "Distinguished Africanist" de 1986 e vencedor do prêmio Herskovits pelo livro *Kingdoms of the Savanna* em 1967, os dois principais prêmios da *African Studies Association*. Vansina é autor de mais de vinte livros, incluindo *Paths in the Rainforests* (1994) e *The Children of Woot* (1978) Charlottesville, Virginia: University of Virginia Press.



Como havia o risco de os escravos morrerem, a estratégia nessa trilha da África até o Brasil era que os escravos morressem na conta de alguém, do outro

em qualquer outra parte do Velho Mundo, porque havia sempre competição dos donos das terras, da Igreja, das fundações eclesiásticas. A escravidão moderna é produto do desenvolvimento comercial no Atlântico. Os africanos controlavam as terras enquanto os europeus

páginas, ainda tinha que entender a Inglaterra, mas não escrevi essa parte.

RH O senhor pretende agora escrever uma história geral da escravidão?

JM Sim, já comecei a falar da prática da escravidão desde os seus primórdios, há 50 mil anos.

RH Qual a diferença básica entre a escravidão no mundo clássico e no mundo moderno?

JM Mundo clássico quer dizer o mundo de Roma e tudo isso. Basicamente, a história da escravidão é uma história das mulheres e de crianças, não dos homens.

Estima-se que 75%, 80% das pessoas escravizadas eram mulheres e algumas crianças. Em Roma ou na Grécia clássica, os escravos viviam nas casas dos donos, sem presença nas ruas. Saíam às ruas apenas de passagem. Moravam, viviam dentro do complexo residencial familiar. Não era possível desenvolver a escravidão assim na Europa, na África, nem na Ásia, nem

permaneciam no mar, fazendo o tráfico. Foi um momento em que houve oportunidade de crescimento para a economia comercial, um crescimento maior do que em qualquer outra situação no mundo, incluindo o Oceano Índico. No Atlântico, homens estavam sendo comprados, não só mulheres. Os escravos eram comprados a prazo, o que exigia a existência de uma autoridade pública e financeira para tratar legalmente desses créditos. Por isso, do século XVI ao século XVII, elaboraram a legislação que definiu a escravidão moderna. A escravidão passou a ser tema do direito comercial, do direito civil e político no império português, na França, na América do Norte. Para pagar as dívidas dessas compras a crédito, tinham que utilizar os escravos para produzir açúcar, tabaco, algodão, eventualmente café. Precisavam de financiamento para custear despesas enormes, de cruzar um oceano inteiro, a metade de um hemisfério. É isso que acontece nas primeiras décadas do capitalismo comercial no Atlântico.

RH De que modo as suas pesquisas sobre o tráfico alteraram as interpretações tradicionais?

JM Eu queria inserir o tráfico de escravos no Atlântico em contextos históricos maiores: África, Brasil, Portugal, eventualmente a Inglaterra, o que não consegui. E eu também queria traçar os modelos sociocientíficos para a

década de 1960. A história do tráfico no Atlântico era a história econômica, e os historiadores tinham que contá-la por meio dos modelos econômicos. Não abordavam a experiência dos escravizados nem dos marinheiros ou oficiais que os traziam nos navios negreiros. Nem sequer a dos escravizadores, como se não houvesse gente no processo. Descobri que essas pessoas viviam, funcionavam, trocavam, casavam, agiam em cinco ou seis mundos culturalmente afastados. Como havia o risco de os escravos morrerem, a estratégia de todos os envolvidos nessa longa trilha, do centro da África até o Brasil, era que os escravos morressem na conta de alguém, do outro. Para evitar prejuízo, o objetivo de todos era passar esse escravo, antes que ele morresse, para o nome de outro. Isso tudo exigia uma estrutura financeira muito complexa, pois tinham que combinar os interesses, passar os escravos de um para outro, para o seguinte, até chegar ao dono no Brasil, que poderia viver no interior, não no litoral. Eu queria abordar isso tudo, mas poucos registros foram encontrados até agora. A documentação conhecida é pequena.

RH Quantos africanos vieram para as Américas, para o Brasil?

JM É possível fazer uma estimativa muito exata. De acordo com dados levantados pelo professor David Eltis, houve cerca de 37 mil viagens trazendo escravos da África

para as Américas do Norte e do Sul.

É quase certo que o número de escravos da África, dos escravizados desembarcados nas Américas, seja por volta de 11 milhões. Eles são os sobreviventes de 12,5 milhões de escravos embarcados na África entre 1500 e 1869, 1870. Desses 11 ou 12 milhões, 40% vieram para o Brasil.

Quase todos eram nascidos na Grande Angola, que começava praticamente no Gabão e ia até o Brunei.

RH Como é que homens, seres humanos, puderam conviver com aquela violência no limite que marcava o tráfico?

JM Porque o sentimento de humanidade ainda não existia no Atlântico Sul. Existia um sentimento de grupo, grupo dos brasileiros, dos africanos, da lealdade pessoal, da lealdade à família, à irmandade. São todos grupos isolados. E o futuro do grupo, da família, pode ser família real, pode ser família aristocrática, pode ser família pobre, pode ser família das plantações aqui no Brasil, era continuar a linhagem. Para proteger, para defender a linhagem, os grupos eram capazes até de sacrificar seus próprios membros.

Nas épocas de seca em Angola, em períodos de grande estiagem, as famílias vendiam alguns de seus membros para que os outros pudessem sobreviver e preservar o grupo. Os números do tráfico crescem durante essas secas. Os séculos XVII e XVIII, principalmente, foram épocas de acumulação capitalista na

Europa, de escravos e terras nas Américas. E também acumulação dos meios de produção na África, que eram as pessoas. E também pessoas nas Américas. Eventualmente, meios industriais, técnicas e tecnologia, na Europa, fazem a mesma coisa de maneiras diferentes.

RH Por que a cachaça, ou jeribita, fez tanto sucesso na África?

JM O baixo custo de produção da jeribita permitia que ela fosse utilizada por senhores de engenho na compra de escravos africanos. Mas a demanda não surgiu na África. A demanda foi criada pela oferta.

RH Os africanos abandonam as bebidas tradicionais?

JM Não, eles nunca abandonaram o vinho de palma, a cerveja; eles passaram a beber cachaça também. Isto aconteceu também com os que foram levados para os Estados Unidos, que consumiam conhaque e as bebidas que faziam na África.

Os que vieram da região da Alta Guiné também mantiveram suas bebidas nativas.

A cachaça tinha a vantagem de ser durável, enquanto o vinho de palma é muito perecível. A diferença importante é que o vinho de palma tinha uma função cultural e a cachaça, não. O vinho era consumido em grupo, enquanto a jeribita era uma bebida que se tomava sozinho, em segredo. O vinho conseguia conservar a estrutura das culturas, o idioma, as metáforas, os

símbolos, as linguagens, as estruturas sociais, as práticas sociais, as estratégias e todo o resto.

RH Como a história brasileira encara a África?

JM A história da África no

A História da África no Brasil ainda está para ser feita. O Brasil tem uma base tão rica, tem documentação sobre os escravos no Brasil

Brasil ainda está para ser feita. Quando estive aqui em setembro do ano passado, constatei que o Brasil tem uma base tão rica, tem talentos tão bons, tem documentação sobre o tráfico, sobre os afro-brasileiros, sobre os escravos no Brasil. É uma base muito importante, muito boa, muito sólida.

Existe um conhecimento grande do assunto, porém a História da África mesmo, a História da África como é entendida nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e na África, ainda está para ser feita aqui, estabelecendo parâmetros diferentes, sem se aproximar dos princípios convencionais, familiares, da História do Brasil, da América, da Europa. Há que se estabelecer um curso independente dessa história dos africanos no Brasil. E tenho a impressão de que o Brasil está preparado agora para fazer exatamente isso. **H**



Bibliografia do autor

Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830. University of Wisconsin Press, 1988. — será publicado no Brasil com o título *Mercadores da Morte*

Slavery: A Comparative Teaching Bibliography. Crossroads Press, 1977.

Kings and Kingsmen: Early Mbundu States in Angola. Clarendon Press, 1976.



Senhores livres, escravos presos na Conjuração Baiana

Fordlândia: cidade norte-americana nos trópicos

Stanislaw, o riso em tempos sombrios

A resistência indígena nas Minas Gerais

Guerra Silenciosa



DA BIBLIOTECA NACIONAL

HISTÓRIA

REVISTA DE